

O perfil dos alunos do Curso de Licenciatura em Música da UFPI: em busca de informações para a reformulação do PPC

Comunicação

Edson Antônio de Freitas Figueiredo

Universidade Federal do Piauí
figueiredo.edson@ufpi.edu.br

Resumo: O Curso de Licenciatura em Música da UFPI foi criado em 2010 a partir do desmembramento do Curso de Educação Artística. A necessidade da reformulação do PPC surgiu do amadurecimento do curso e das novas demandas promovidas pela legislação federal. Para essa reformulação considerou-se fundamental conhecer algumas características dos alunos que frequentam o curso. O objetivo constituiu-se em analisar o perfil dos alunos do Curso de Licenciatura em Música da UFPI. O método utilizado foi um survey conduzido por meio de um questionário online com perguntas sobre dados pessoais, experiência prévia com música formação superior em música e futuro profissional. O questionário foi respondido por 61 alunos. Os resultados apontam que os alunos possuem acesso ao ensino formal de música antes de iniciar o curso; que existe o desejo de aprender um instrumento musical em profundidade bem como aprender noções básicas de diferentes instrumentos; que existiria demanda para curso de bacharelado se a universidade oferecesse tal modalidade; que existe a intenção dos alunos em trabalhar na Educação Básica e/ou com ensino de instrumento. Por fim considera-se a necessidade da elaboração de um PPC flexível que respeite a autonomia dos alunos e possibilite atender a diversos interesses.

Palavras chave: licenciatura, música, projeto pedagógico.

Introdução

A formação de professores de música é um grande desafio devido o vasto campo que a educação musical abrange (QUEIROZ; MARINHO, 2005). Segundo a legislação nacional (BRASIL, 2015), os cursos de licenciatura devem formar professores para atuarem na Educação Básica nas etapas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, em suas respectivas modalidades (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola). Além desta complexa gama de atuação de um professor, o licenciado em música ainda possui outras possibilidades de atuação, como projetos sociais, regência de coro,

ensino de instrumento em escolas de música, aulas individuais de música na casa do aluno, etc. A atuação do licenciado em música, contudo, não se restringe às atividades de cunho pedagógico, sendo comum encontrarmos licenciados que dedicam-se à performance musical. Conforme destacado por Soares, Schambeck e Figueiredo (2014), muitos alunos do curso de licenciatura em música não desejam atuar como professores, mas optaram por esta modalidade por não haver outras opções de curso superior em música em sua região.

Este contexto de múltiplas possibilidades exige que os cursos de licenciatura em música possuam objetivos, definições e currículo atualizados e bem delimitados. Um dos documentos mais importantes para a atualização do curso é o seu Projeto Pedagógico, por se tratar de um documento que envolve a concepção do curso como um todo. O processo de atualização de um PPC é algo necessário de tempos em tempos e exige uma ampla avaliação do curso e do corpo discente, englobando aspectos como as necessidades regionais, as expectativas dos alunos e as constantes mudanças no mercado de trabalho. Novas propostas curriculares para cursos superiores de música foram veiculados em periódicos de circulação nacional, como o caso do novo currículo de graduação da Escola de Música da UFMG (BARBEITAS, 2002), do Projeto Político Pedagógico da Licenciatura em Música da UFPB (QUEIROZ; MARINHO, 2005) e das propostas e mudanças curriculares dos cursos de graduação em música da UEMG (SAMPAIO; MARINO, 2013). Estas são propostas que reconhecem a ampla possibilidade de atuação do profissional em música e destacam a necessidade de flexibilização de currículo e do envolvimento de todos os atores envolvidos no curso.

Como destacam Soares, Schambeck e Figueiredo (2014), o curso de licenciatura em música precisa lidar com questões desafiadoras sobre a formação do músico e a formação do professor. Na opinião dos autores, a plena implementação de um Projeto Político Pedagógico necessita da participação não apenas dos professores, mas também dos alunos. Perante o amadurecimento do curso e das novas demandas promovidas pela legislação federal, considerou-se fundamental conhecer algumas características dos alunos que frequentam o Curso de Licenciatura da UFPI. Desta forma, o objetivo deste trabalho é analisar o perfil dos alunos do curso de Licenciatura em Música da UFPI. Os dados desta pesquisa serão aqui relacionados com os dados da pesquisa “A Formação do Professor de Música no Brasil”, realizada entre os anos de

2008 e 2012, como parte das ações do Programa Observatório da Educação. Essa pesquisa, conduzida por Soares, Schambeck e Figueiredo (2014) desenvolveu um estudo de proporções nacionais para conhecer o perfil do aluno de licenciatura em música. Por meio de um *survey* envolvendo 1924 licenciandos em música de 43 instituições, os autores produziram contribuições inéditas sobre as expectativas referentes à formação e à atuação profissional destes estudantes. Desta forma considerou-se que a pesquisa realizada por Soares, Schambeck e Figueiredo (2014) possui elementos que podem servir como base comparativa para a análise do perfil dos alunos de Licenciatura em Música da UFPI.

O Curso de Música da Universidade Federal do Piauí

As atividades musicais na UFPI tiveram início com a criação do Curso de Educação Artística em 1977. Como regulamentado na época, o curso concedia habilitações em Artes Cênicas, Artes Plásticas, Desenho e Música, sendo que apenas em 2010 a música foi desmembrada em uma licenciatura específica. O PPC estipulava a carga horária de 3075 horas, devendo ser integralizadas no mínimo, quatro anos e meio não podendo exceder seis anos e meio. O PPC também previa o oferecimento de 40 vagas anuais e funcionamento turnos vespertino e noturno. Na época, a primeira turma foi composta por alunos ingressantes e também por alunos Curso de Educação Artística que migraram para a Licenciatura em Música. A turma teve 49 alunos, dos quais 18 cancelaram, 17 concluíram e 14 permanecem ativos.

Em 2014 o PPC foi reformulado com base no processo contínuo de avaliação e nos questionamentos que a compreensão do perfil discente trouxe durante os primeiros anos de funcionamento do curso. Em voga até o presente momento, PPC estipula a carga horária de 3195 horas, devendo ser integralizadas no mínimo, quatro anos não podendo exceder seis anos. O curso é oferecido nos turnos vespertino e noturno, com oferecimento anual de 40 vagas.

Na época da elaboração do PPC de 2014, a carga horária era regulamentada pela Resolução nº2 CNE/CP de 19 de fevereiro de 2002 (BRASIL, 2002). Segundo essa resolução os cursos de licenciatura deveriam conter a carga horária mínima de 2800 horas, podendo ser integralizado no mínimo em três anos. Na pesquisa de Soares, Schambeck e Figueiredo (2014),

observou-se que a média da carga horária dos cursos de licenciatura em música oferecidos pelas instituições públicas no país era de 2969 horas. Comparada com a média nacional, o curso da UFPI possui a carga horária ligeiramente maior.

A carga horária dos cursos de licenciatura recebeu uma atualização com a Resolução nº2 do CNE/CP de 1º de julho de 2015 (BRASIL, 2015). A resolução prevê que a carga horária seja de 3200 horas de efetivo trabalho acadêmico distribuídos em, no mínimo, quatro anos. A resolução também prevê 400 horas de prática como componente curricular; 400 horas de estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso; 200 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes; 2.200 horas restantes destinadas às atividades formativas. Embora o prazo para as universidades se adequarem a nova resolução encerrou em julho de 2017, o Curso de Música da UFPI ainda está em fase de elaboração do novo PPC. Para isso, uma das primeiras medidas foi realizar uma pesquisa para conhecer com mais detalhes o perfil e os anseios dos alunos que frequentam o curso.

Metodologia

O método de pesquisa foi um survey baseado na internet. Para a coleta de dados utilizou-se um questionário com perguntas que incitavam respostas dissertativas e respostas de múltipla escolha. A elaboração do questionário contou com a colaboração de todos os professores do quadro docente, ficando com cinco partes: 1) dados pessoais: continha questões sobre idade, sexo, cidade de origem e atividades paralelas ao curso; 2) experiência com música: série de questões sobre preferências musicais e aprendizagem musical; 3) formação superior em música: nessa parte buscou-se conhecer a opinião dos alunos sobre vários aspectos do curso, tais como aulas de instrumento, lacunas do curso, currículo, etc.; 4) futuro profissional: conteve questões sobre as intenções dos alunos após a conclusão do curso; 5) comentários: espaço destinado a comentários diversos. O questionário foi inserido em um *website* de pesquisa. Cada aluno recebeu por e-mail um *link* para acessar o questionário online com garantias de que as respostas seriam anônimas.

Resultados

Atualmente, após sete anos de existência e dois Projetos Pedagógicos, o Curso de Licenciatura em Música da UFPI soma 351 ingressos. Deste total, 34 (10%) concluíram o curso, 207 (59%) encontram-se ativos, 104 (30%) cancelaram e 6 (2%) trancaram a matrícula. O questionário foi enviado para os 207 alunos ativos no curso e obteve-se 61 respostas. Considerando esses números, a adesão à pesquisa foi relativamente baixa, com apenas 29%. Contudo, a coordenação do curso admite um alto número de alunos que encontram-se ativos no sistema mas que estão infrequentes, fazendo uma estimativa de 120 alunos que estão frequentando as aulas normalmente.

Dos 61 respondentes 57% são do sexo masculino. A média de idade é de 25 anos, sendo os extremos 17 e 44 anos. Os respondentes são em sua maioria de Teresina (69%), embora observou-se uma porcentagem relevante de alunos do interior do Piauí (13%), do Maranhão (13%) e cidades de outros estados (5%). Do total de respondentes, 28% são alunos cotistas. Alunos que dedicam-se exclusivamente aos estudos somam 48%, aqueles que exercem outras atividades, em sua maioria, trabalham como professores e/ou performers. A seguir serão descritos os resultados que apresentaram maior relevância, em termos de acesso prévio ao ensino formal de música, aula de instrumento no curso de Licenciatura em Música, futuro profissional e gênero.

Acesso prévio ao ensino formal

Sobre a experiência prévia com música, 72% dos alunos tiveram acesso ao ensino formal de música antes de entrar no curso de licenciatura. Este é um dado importante ao considerar que o curso interrompeu o teste de habilidades específicas em 2012, sendo retomado para a seleção de 2017. Segundo Soares, Schambeck e Figueiredo (2014), o teste de habilidades específicas para a entrada em curso superior de música é um tema frequentemente discutido no meio acadêmico e não há consenso sobre a necessidade, relevância ou obrigatoriedade dessa prova. A pesquisa dos citados autores mostrou que 72% dos cursos de licenciatura em música que participaram da

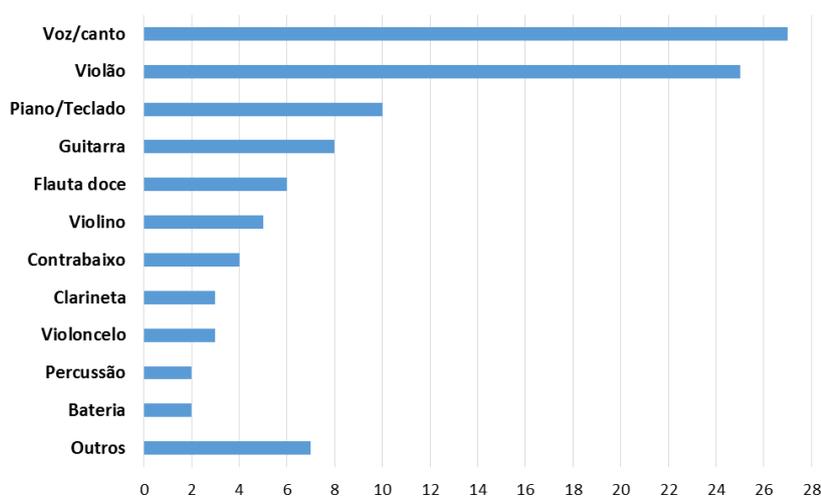
pesquisa exigem uma prova de habilidade específica, o que, na análise dos autores, pode representar a ausência ou insuficiência do ensino de música na educação básica.

O contato com o ensino formal de música relatado pelos alunos provavelmente aconteceu em escolas de música ou projetos sociais. A cidade de Teresina possui diversos projetos sociais que atendem crianças, jovens e adultos de diferentes classes sociais. O Estado do Piauí mantém uma escola de música e o Instituto Federal do Piauí oferece o curso técnico em Música. Já as escolas de música de iniciativa privada são escassas.

Aulas de instrumento no Curso de Licenciatura

O curso oferece disciplina de prática instrumental por seis semestres. Os instrumentos contemplados são piano, violão, canto, percussão, instrumentos de arco, instrumentos de sopro. A Figura 01 demonstra a predileção de instrumentos dos participantes da pesquisa. Nessa questão os alunos poderiam indicar seu instrumento principal, mas também poderiam indicar outros instrumentos que estudam. Desta forma o gráfico possui um número maior de observações do que a amostra total. Podemos observar que violão e canto estão entre os instrumentos mais requisitados, seguidos por piano, guitarra, flauta doce e violino.

Figura 01 – Instrumentos musicais preferidos



Fonte: o autor

De acordo com a pesquisa de Soares, Schambeck e Figueiredo (2014), os instrumentos mais frequentes nas disciplinas práticas nos cursos brasileiros são piano, violão, flauta doce, percussão e canto. Essa constatação está muito próxima à observada no curso da UFPI, com exceção da guitarra e violino que demonstram ter uma demanda levemente mais acentuada.

A carga horária atual das disciplinas de prática instrumental no curso da UFPI é de 360 horas divididas em seis semestres. As disciplinas são obrigatórias e conduzidas em turmas de, no máximo, 10 alunos. Segundo Soares, Schambeck e Figueiredo (2014), características como carga horária, obrigatoriedade e formato das turmas variam conforme a instituição. Os autores também destacam que algumas instituições permitem que os alunos escolham o instrumento a ser estudado, outras pré-determinam no currículo quais serão estes instrumentos. No caso da UFPI o aluno escolhe um instrumento para ser estudado durante todo o curso.

Dos alunos que participaram da pesquisa, 82% consideram importante receber sólida formação em um mesmo instrumento específico. Outro dado interessante é que 75% dos respondentes também consideram alunos de licenciatura em música devem aprender vários instrumentos. O que à primeira vista pode parecer uma contradição, por outro lado pode indicar que o interesse dos alunos é receber uma formação mais profunda em um instrumento musical, mas também ter contato com outros instrumentos necessários à prática docente em educação musical.

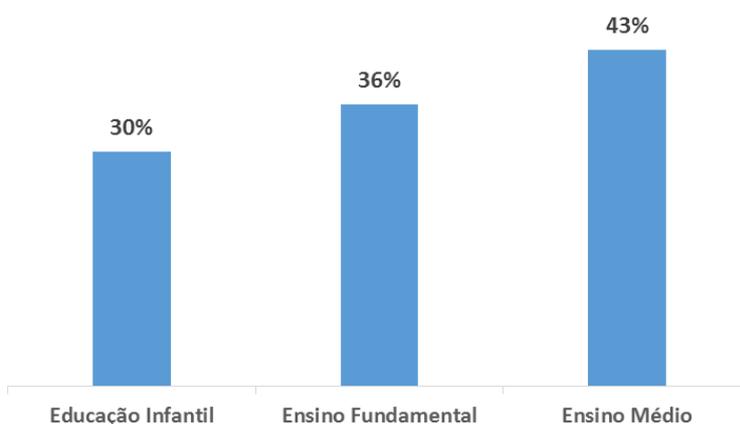
Futuro Profissional

Ao responder à pergunta sobre qual seria a primeira opção entre as duas modalidades, 54% dos alunos optariam pelo bacharelado, enquanto que 46% optariam pela licenciatura. Segundo Soares, Schambeck e Figueiredo (2014), os cursos de licenciatura em música abrigam estudantes que não desejam ser professores, porém optam por cursar a licenciatura por não haver cursos de bacharelado em universidades de suas regiões. Na pesquisa dos citados autores, 58% dos estudantes de licenciatura ingressaram no curso pelo desejo de estudar música, fato que mostra a demanda por mais cursos de bacharelado.

Algumas questões sobre as duas modalidades do curso de música necessitam de mais reflexão da comunidade acadêmica. Não é raro encontrarmos licenciados que trabalham com performance e bacharéis que atuam como professores. Apesar de parecer um contrassenso, a inversão de papéis faz sentido na área de música ao considerarmos suas características multifacetadas. Um profissional da música pode atuar em diversos contextos, tais como educação infantil, educação básica, ensino de adultos e idosos, com portadores de necessidades especiais, como regentes corais, professor de instrumento musical, professor em projeto social, performance, arranjo, composição, etc.

Questionados sobre o futuro profissional, 16% dos participantes responderam que pretendem atuar apenas como professor, 10% indicou que gostaria de trabalhar apenas com performance musical e 74% desejam atuar com performance e ensino. Do total de alunos, 61% indicou ter intenção de trabalhar na Educação Básica e 66% indicou ter intenção de trabalhar com ensino de instrumento. A Figura 02 mostra a porcentagem de participantes que possui interesse em atuar na Educação Básica, considerando suas três etapas.

Figura 02 – Interesse em atuar nas etapas da Educação Básica



Fonte: o autor

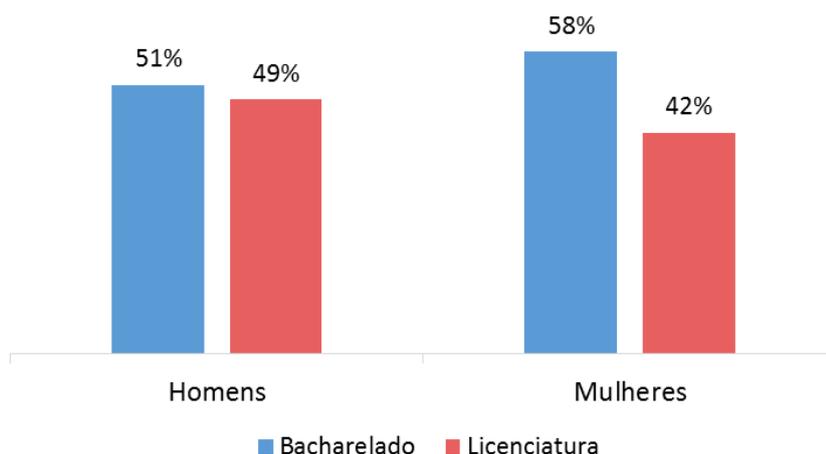
Gênero

A composição da amostra apresentou 57% de homens e 43% de mulheres. Essa é uma porcentagem um pouco mais equilibrada em comparação à porcentagem descrita na pesquisa

de Soares, Schambeck e Figueiredo (2014), que foi de 64% homens e 36% mulheres. Outro dado importante é que os autores apontam que a amostra da região nordeste demonstrou ter significativamente mais homens, porém a amostra do Curso de Licenciatura em Música da UFPI apresentou uma diferença sutil.

A amostra aqui analisada traz informações relevantes quanto à preferência por licenciatura ou bacharelado. Relacionando com o gênero, 51% dos homens optariam pelo bacharelado, enquanto que 58% das mulheres tomariam a mesma escolha (Figura 03). Esse dado difere-se das pesquisas de Figueiredo (2015) e Piserchia (2014) que reportam uma preferência masculina pelo bacharelado.

Figura 03 – Preferência por bacharelado e licenciatura entre homens e mulheres.

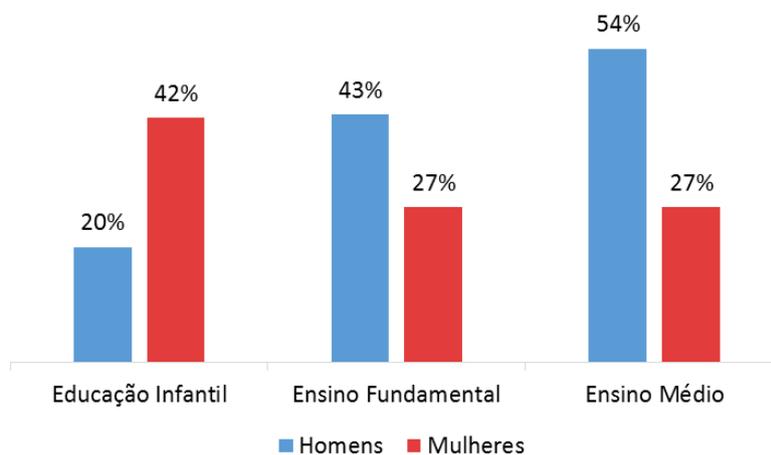


Fonte: o autor

Outro dado relevante sobre gênero é a relação com a Educação Básica. Conforme demonstrado na Figura 04, apenas 20% dos homens afirmaram ter interesse em atuar na Educação Infantil, número que sobe para 43% e 54% no Ensino Fundamental e Ensino Médio respectivamente. Por outro lado, 42% das mulheres afirmaram ter interesse em atuar na Educação Infantil, porcentagem que diminui a 27% nas demais etapas. Este dado reflete o fenômeno da feminização do magistério, principalmente na Educação Infantil. A análise do perfil dos professores brasileiros conduzido pela ONG Todos pela Educação (2016) demonstra que

apenas 4,5% dos professores da Educação Infantil são homens, proporção que torna-se mais equilibrada no Ensino Médio e Educação Profissional. Essa tendência é similar, porém menos contrastante, quando se observa os professores de música. Röpke (2017) conduziu uma pesquisa com 193 professores de música que atuam na educação infantil e identificou que 27,5% eram homens. Estes são dados que refletem as ideias de Almeida (1996) ao considerar a feminização do magistério como um fenômeno de origem histórica, cuja especificidade deve ser considerada para uma compreensão profunda da profissão professor.

Figura 04 – Interesse de homens e mulheres em atuar nas etapas da Educação Básica



Fonte: o autor

Discussão e Considerações

O presente artigo teve como objetivo analisar o perfil dos alunos do curso de licenciatura em música da UFPI. As informações coletadas foram comparadas com uma pesquisa realizada com alunos de licenciatura em música de todo o país, sendo que os resultados mais expressivos foram observados em questões como o acesso prévio ao ensino formal de música, aulas de instrumento no curso de licenciatura, futuro profissional e gênero.

Observou-se que a maioria dos alunos teve acesso ao ensino formal de música antes de iniciar a graduação. Contudo, uma vez que é exigido um teste de habilidades específicas para o ingresso ao curso, a universidade deveria oferecer cursos de extensão que auxiliassem na

formação musical da população. Esse é um desejo dos professores que esbarra da estrutura insuficiente da universidade. Seria necessária uma infraestrutura ampla e apropriada para abrigar aulas de música não apenas em nível superior, mas também em nível inicial e intermediário.

Um dos dados mais relevantes para pensar-se um novo projeto pedagógico do curso foi a opinião dos alunos sobre as aulas de instrumento no curso de licenciatura em música. A maioria dos alunos considera importante estudar profundamente um instrumento musical mas reconhecem a necessidade de ter contato com outros instrumentos, tais como violão, teclado, flauta-doce, percussão e canto. Outro dado que está diretamente relacionado é a existência de diversos perfis de alunos, que desejam trabalhar como performers, como professores na educação básica ou como professores de instrumento. A grande questão é: como atender a interesses tão diversos?

A criação de um curso de bacharelado pode ser uma estratégia interessante, porém não é suficiente. Mesmo com a criação de um bacharelado, o curso de licenciatura continuará recebendo alunos com perspectivas muito diferentes. Dada as possibilidades de atuação de um licenciado em música, o curso deveria oferecer diversos caminhos que o estudante poderia trilhar. Aqueles que desejam atuar com educação infantil poderiam encontrar disciplinas no curso que prepare o professor para esse contexto; já aqueles que gostariam de lecionar instrumento musical também teriam a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos no instrumento escolhido. Esta seria uma forma de valorizar a autonomia e os interesses pessoais dos alunos.

A baixa adesão dos alunos em responder o questionário bem como o elevado número de alunos ativos no sistema mas infrequentes na prática, mostra que uma atenção especial deve ser direcionada ao interesse dos alunos no curso e a uma orientação pedagógica mais efetiva. Por fim considera-se que o curso de licenciatura em música da UFPI possui características e dilemas observados também nos cursos de música de todo o país. Contudo, conhecer as particularidades do perfil dos alunos foi útil para iniciarmos a discussão de um novo projeto pedagógico.

Referências

ALMEIDA, J. S. Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino. *Caderno de Pesquisa*, n. 96, p. 71–78, 1996.

BARBEITAS, F. T. Do conservatório à universidade: o novo currículo de graduação da Escola de Música da UFMG. *Revista da Abem*, v. 7, p. 75–81, 2002.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. *Diário Oficial da União*, Brasília, 4 mar. 2002. Seção 1, p. 9.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2 jul. 2015. Seção 1, p. 8-12.

FIGUEIREDO, Edson A. F. *Controle e promoção de autonomia: um estudo com professores de instrumento musical*. 2015. 183f. Tese (Doutorado em Música). Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PISERCHIA, P. Educação musical e gênero: formação do professor/professora de música. In: SOARES, J.; SCHAMBECK, R. F.; FIGUEIREDO, S. (Org.). *A formação do professor de música no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 117–125.

QUEIROZ, L. R. S.; MARINHO, V. M. Novas perspectivas para a formação de professores de música: reflexões acerca do projeto político pedagógico da Licenciatura em Música da Universidade Federal da Paraíba. *Revista da Abem*, v. 13, p. 83–92, 2005.

RÖPKE, C. B. *O perfil do professor de música que atua na educação infantil e suas crenças de autoeficácia*. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado em Música) - Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SAMPAIO, M. A.; MARINO, G. Cursos De Graduação Da Escola De Música Da Uemg: Propostas E Mudanças Curriculares. *Revista Modus*, v. 8, n. 13, p. 59–71, 2013.

SOARES, J.; SCHAMBECK, R. F.; FIGUEIREDO, S. *A formação do professor de música no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Professores no Brasil: perfil docente, políticas para o magistério e níveis de formação dos professores brasileiros*. 2016. 55 f. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br//arquivos/biblioteca/perfil_docente_tpe.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.